

Tramitação Editorial:

Data de submissão (recebimento):
01/01/2020.

Data de reformulação:

10/02/2020

Data de aceitação (expedição de carta
de aceite): 01/03/2020

Data de disponibilização no site
(publicação): 20/03/2020

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3895206>

Publicado: 10-06-2020

ELIS: DA LINGUAGEM AO CÓDIGO

ELIS: FROM LANGUAGE TO CODE

Mairy Aparecida Pereira Soares Ribeiro¹
Tulio Adriano Alves Gontijo²
Solange M. Barros³

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar como a compreensão do sistema de escrita denominado Elis-Escrita da língua de sinais corrobora no processo de ensino aprendizagem da Libras. A metodologia utilizada foi a

¹ Doutoranda em Psicologia – UCB-Brasília; Mestre em Educação- PUC-Goiás; Especialista em Estudos Linguísticos e Literários-UFG; Especialista em Letramento Informacional- UFG; Graduada em Letras Português-UFG; Graduada em Letras-Libras-UFG; Professora das Licenciaturas do UNIGOIÁS; Estatutária da Secretária de Estado da Educação, Cultura e Esporte de Goiás. mairyribeiro@hotmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5571-7154>

² Mestrando em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso. Graduado em Letras Libras também pela UFMT. Professor de ensino superior no Centro Universitário - UNIVAG. Tradutor intérprete de Libras / língua portuguesa / UFMT. tuliolibras@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0100-5247>

³ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso/ UFMT. Doutora em Linguística Aplicada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Pós-doutorado no Instituto de Educação (IOE) da Universidade de Londres. solmarbarros@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1708-8657>

pesquisa qualitativa, especificamente, a pesquisa bibliográfica, pautando em autores como: Mariângela Barros, Noam Chomsky, Gilles Deleuze e Claire Parnet, Marcel Dettiene, Norbert Elias, Michel Foucault, Ronice Quadros entre outros, possibilitando a construção de um referencial teórico que articula a concepção de linguagem e escrita. Os resultados preliminares mostraram que o ensino da Elis para os alunos surdos permitirá que eles compreendam a estrutura da sua primeira língua – a Libras – bem como que façam estudo comparativo entre as regras da Escrita de Língua de Sinais e do Português, de forma progressiva, resultando em um processo de letramento, de maneira ampla, sistematizada e significativa tanto na sua língua como na L2, ou seja, na Língua portuguesa escrita.

Palavras-chave: Linguagem. Libras. Elis.

Abstract

The present article aims to present how the comprehension of the alphabetical writing system of the Brazilian Language of Signs-Libras, called Elis-Writing of sign language corroborates in the process of teaching language learning. The methodology used was qualitative research, specifically, the bibliographical research, guiding authors such as: Mariângela Barros (2008, 2013), Noam Chomsky (1972) Gilles Deleuze and Claire Parnet (1998) Marcel Dettiene (1992) Norbert Elias) Michel Foucault (1994) and Ronice Quadros, among others, have made it possible to construct a theoretical framework which articulates the conception of language and writing, making it possible to conclude that Elis's teaching for deaf students will allow them to understand the structure of their mother tongue – to Libras – as well as to make a comparative study between the rules of Sign Language and Portuguese Writing progressively, resulting in a broadly systematized and meaningful process of literacy both in their mother tongue to LIBRAS and in L2 , Or in the written Portuguese language.

Keywords: Language. Libras. Elis.

1. Introdução

O presente artigo tem a finalidade de apresentar a relevância da escrita no processo de ensino aprendizagem, sobretudo para o aluno surdo, no tocante à Escrita da Língua de Sinais (Elis). Este trabalho é resultante de pesquisas bibliográficas as quais possibilitaram reflexões sobre a escrita e, conseqüentemente, sua apropriação pelos sujeitos ao longo da história.

2. No princípio, a linguagem...

O estudo da linguagem, na verdade, começa no momento em que o homem começou a refletir sobre a língua, além de usá-la nas situações normais da vida. Para usar a terminologia da lógica, ela começou no dia em que ele

mencionou língua pela primeira vez, isto é, em que a usou para falar dela própria. Isso equivale dizer que começa quando o homem introduziu a função metalinguística no uso da língua, ou seja, a língua em função de linguagem objeto. Não obstante isso, costuma-se por o início com as reflexões dos gregos. Assim na abertura da sua obra *Política*, Aristóteles afirma que somente o homem é um “animal político”, isto é, social e cívico, porque somente ele é dotado de linguagem.

Neste sentido, seguindo esta ideia aristotélica, o homem possui a palavra (*logos*) e, com ela exprime seus pensamentos, exprime o bom e o mau, o justo e o injusto, trazendo à tona o caráter político da linguagem, embutido na própria organização da sociedade e do estado, em que, sendo um ser dotado de funções intelectivas, o homem faz coincidir as categorias do pensamento com as categorias da linguagem e, a partir desse encontro, diz a *ousia*, ou seja, representa linguisticamente a realidade ao seu redor, provendo a comunicação entre os homens, o que os teria levado à interação social e política, na direção da constituição dos grupos sociais, fundadores da sociedade e do estado.

A palavra, neste contexto, está ligada aos *mythos*, isto é a narrativas, que representavam para os gregos, não só o símbolo de sua unidade cultural enquanto povo, mas igualmente a expressão de sua religião, da sua visão do cosmos, as suas personagens eram verdadeiros modelos de comportamento que se seguia ou se evitava. Grande parte dos mitos foram primitivamente veiculados sob a forma de poemas, sendo, desta forma, mais facilmente memorizados, por isso a valorização da transmissão de conhecimento de geração para geração via oralidade, cujo único processo de conservação, é a memória pessoal, extremamente desenvolvida, tal como memória social, a tradição e o costume. Assim, essa civilização oral corresponde a uma cultura difusa, uma literatura anônima, em que as obras não assinadas pertencem a todos e a ninguém.

A epopéia, evidentemente, é uma província da memória grega, cujo império se estende desde as genealogias lineares até os apólogos

verborrágicos através dos provérbios, dos elogios aos vivos, das lendas, das homenagens aos mortos e das teogonias ou dos contos maravilhosos, mesmo em sua autonomia, confiadas a narradores especializados, treinados de acordo com processos mnemotécnicos num meio profissional, a narração épica não deixa de fazer referência a um fundo comum de narrativas e de histórias, e por mais erudito que se faça o discurso da epopéia ele permanece tributário dela, aproveitando, sabiamente, os elementos destinados a reforçar sua eficácia particular. No canto que abre *Ilíada*, por exemplo, afloram à superfície, aqui e ali, a luta contra os Centauros, a gesta de Briareu, o prazer dos deuses entre os irrepreensíveis etíopes e os infortúnios de Hefesto, expulso das alturas do Olimpo. Contingência da transmissão ou astúcia da recepção, o fato é que, de um gênero tão ativamente cultivado na tradição oral, e durante muitos séculos, só chegaram até nós duas produções, hoje em dia prazerosamente batizadas de obras'. Não obstante tanto uma como a outra narram apenas uma versão de uma história conhecida por todos. Pois a *Ilíada* é antes de tudo uma maneira de dizer a cólera de Aquiles, do mesmo modo que a *Odisséia* é uma forma, entre outras, de contar as idas e vindas de Ulisses. Mas por ter sido um dia fixada pela escrita e desde então ter se mantido imune ao devir da variação, a epopéia atribuída a Homero, transformada por uma elite em monumento literário, tornou-se um obstáculo a todo e qualquer reconhecimento prolongado do país da memória oral. (DETIENE, 1992, p.50-51)

Entre as primeiras coisas a serem fixadas pela escrita na Grécia, contam-se os poemas de Homero. Segundo uma antiga tradição foi o ateniense Pesístrato (605-527 a .C.), o que primeiro teria mandado colecionar todos os poemas dispersos de *Ilíada* e da *Odisseia*. A passagem desses poemas à escrita, não deixou de implicar decisivas mudanças face ao modo como passaram a ser julgados os seus personagens. A crítica da tradição tornou-se mais rigorosa, passou a distinguir-se a verdade da fantasia dos poetas.

Neste sentido, na Grécia a escrita foi olhada com desconfiança pelas velhas aristocracias, ligadas à tradição oral. A escrita não tinha raízes em solo grego, por isso podia ser vivida de modo distinto. A sua escrita foi adotada dos navegadores fenícios que introduziram na Grécia o primeiro alfabeto, o qual logo passou ao domínio público, e os poetas e filósofos não cessaram de melhorar a forma das letras existentes e acrescentaram outras num total de vinte e quatro, formando o alfabeto (palavra composta com os nomes das principais letras gregas alfa e beta, que por sua vez vêm dos símbolos da “cabeça de boi” (Aleph) que representava o som A, e o símbolo da “casa” (Beth) que representava o som B, do alfabeto fenício). Heródoto chamava as letras de *phoinikéia grammata*, ou seja, escrita fenícia.

Em todo caso, a adaptação não foi feita de uma só vez, mas por uma série de tentativas regionais. Assim, encontra-se desde o início, um grande número de alfabetos locais que são classificados, de acordo com o número de seus caracteres e segundo suas particularidades, em alfabetos arcaicos (Tera, Melos), orientais (Ásia Menor e Arquipélagos costeiro. Cíclades, Ática, Mégara, Corinto, Argos, colônias Jônicas da Sicília e da Itália Meridional) e ocidentais (Eubéia, Grécia continental, colônias não-jônicas). A unificação, no século IV, só foi ocorrendo aos poucos com o alfabeto oriental de Mileto, chamado de jônico, estabelecido como alfabeto típico depois que Atenas decidiu oficialmente, em 403, adotá-lo em lugar de sua escrita local. As primeiras inscrições geralmente são escritas da direita para esquerda, às vezes bustrofédon; mas por volta de 500 a orientação é invariavelmente da esquerda para direita. (HIGOUNET, 2003, p.88)

Assim, os gregos adaptaram o uso de vários sinais e também os caracteres minúsculos, a partir do século VII e IX, tudo disciplinado e organizado, introduzindo significativas modificações de modo que as mesmas cobrissem toda a gama de sons, através de sinais convencionados, mas não excessivos nem ambíguos. O resultado final foi uma escrita bastante simples, acessível a todos os membros da comunidade, possibilitando assim a sua rápida e eficaz utilização, pois eles (os gregos) respeitadores da ordem e do equilíbrio, deram qualidade arquitetônica à escrita. Um reforço retangular (cerifa), (300 a. C, a verdadeira transformação do sinal em letras propriamente ditas. É o apogeu da escrita grega) necessário ao bom alinhamento dos textos, aparece nas extremidades das letras. Devido ao trabalho cinzelador na pedra, tornou-se ela triangular, de aparência nobre, menos dura.

A grande novidade da escrita na Grécia consistiu no fato de ela não se revestir de um caráter sagrado, mas humano. A escrita é encarada como prática profana, em permanente conflito com os guardiões da tradição para os quais a escrita não é boa para a memória (*mnéme*), mas para a simples recordação (*hypómnesis*). Essa ideia está presente em uma cena de *Fedro*, onde vem ao palco a “verdadeira” cena da escrita. Trata-se do momento em que Thot submete à apreciação do Rei algumas de suas invenções. A última dentre elas, na ordem de apresentação, são os caracteres escritos (*grámmata*) que devem servir como remédio (*phármakon*) para a memória e para a instrução. O argumento do Rei para a rejeição desse presente vai ser o de que a escrita é boa não para a memória, mas para a simples recordação. Thamous reverte o sentido e o valor

da oferenda atribuídas por seu criador, transformando o ‘remédio’ em ‘veneno’ para a memória efetiva.

Seria, portanto, ingênuo acreditar que a escrita alfabética veio substituir uma tradição oral repentinamente enfraquecida. Assim imaginar que uma grafia capaz de notar sons isoláveis da língua por meio de vogais e consoantes teria desencadeado sem *sursis* o perecimento de uma cultura ‘tradicional’ que nunca precisara da escrita para se fazer ou se dizer, pois encontrava, na memória comum a toda comunidade, seus princípios de organização e suas modalidades de aprendizagem. (DETIENE, 1992,p.70)

Por conseguinte, percebe-se que com a escrita, não há uma ruptura com a tradição oral na esfera do poder, principalmente no sentido de poder político, pois nas cidades gregas, ele nunca se identificou com ela. A identificação ocorre na literatura, nos esportes⁴ e mais tarde, por volta do século IV, no comércio. Todavia, a escrita possibilitou o registro das leis; pois nas cidades-estado o abandono dos regimes monárquicos, em que o destino de cada um estava marcado pela sua maior ou menor proximidade aos deuses, pela pertença a uma família ilustre, ou pela fidelidade a um chefe, passou a ser determinado a partir de um princípio abstrato que é a lei-escrita. A lei impõe-se agora perante a tradição oral. Esta luta entre a lei escrita e a lei apoiada na tradição oral surge com toda clareza em obras como a *Antígona* de Sófocles

“Creonte (rei); - Mas tu (a Antígona) diz-me, sem rodeios: sabias que te era vedado, por édito, fazer o que fizeste?

Antígona: - Sim, sabia-o bem. Como poderia ignorá-lo, se toda a gente o sabe?Creonte: - E, apesar disso, atreveste-te a passar por cima da lei?

Antígona: - Não foi Zeus que ditou esse decreto; nem Dice (a justiça) companheira dos deuses subterrâneos, que estabeleceu tais leis para

⁴[...]a escrita foi usada, também, e muito cedo, para perpetuar a lembrança dos nomes ou para organizar as primeiras listas dos vencedores dos Jogos Olímpicos, a partir de 776 a. C., dos éforos da Esparta, a partir de 756. (Detienne, 1992, p.66)

os homens. E não creio que os teus decretos tenham tanto poder que permitam a alguém saltar por cima das leis, nãoescritas, mas imutáveis dos deuses; a sua vigência não é, nem de hoje nem de ontem, mas de sempre, e ninguém sabe como e quando aparecerem. Não iria atrair o castigo dos deuses, com receio das determinações dos mortais". (SÓFOCLES, 1997)

Ainda segundo Detiene

De fato, o gesto fundamental dos primeiros legisladores é introduzir leis por escrito, não para transformá-las em códigos confiados a profissionais, mas para colocá-las à vista de todos os cidadãos, no centro do espaço cívico. As leis, diz Sólon, eu as escrevo (gráphein) tanto para o bom como para o vil.[...] Dessa forma o pobre e o rico podiam, em princípio, gozar de uma justiça igualitária. (Idem, 1992, p.63)

Nas obras de Platão, ainda se manterá esta tensão entre a escrita e a tradição oral. Nas primeiras, procura por meio de vivos diálogos transportar para a escrita a linguagem oral, mas nas últimas, começam a surgir longos monólogos, pois as possibilidades oferecidas pela escrita para o desenvolvimento das ideias de uma forma sistemática, passam a impor-se na concepção destas obras, todavia, toda escrita supõe normas, principalmente estilísticas. Torna-se, então, necessário à clareza e sistematização na representação da linguagem oral através da escrita para que um saber elaborado se construa a seu respeito, possibilitando que ele torne visível regularidades não manifestas no imediatismo da fala.

3. A Elis, a escrita da Língua de sinais

A escrita é a representação gráfica da língua, seja ela língua oral-auditiva ou visual-espacial, assim torna-se relevante analisar a ELiS a qual se define estruturalmente como um sistema alfabético linear de escrita das línguas de sinais e consiste em um sistema que registra graficamente as unidades menores de uma língua. No tocante às línguas de sinais, é um sistema de escrita alfabético o qual se registra separadamente os elementos dos cinco parâmetros de formação dos sinais, a saber, configuração de mão, orientação da palma, ponto de articulação, movimento e expressões não-manuais.

Isto significa que, na ELiS, embora seja um sistema de escrita alfabético, não se usam as letras do alfabeto latino ou de qualquer outro alfabeto que

represente os sons das línguas orais. Usa-se sim, “letras” próprias para representar os elementos dos cinco parâmetros, que são elementos visuais e não sonoros.

Quadros (1997, p. 98) afirma “[...] os surdos não podem ouvir e não adquirem a língua falada ouvindo e falando de forma automática, os surdos a adquirem de forma silenciosa, graficamente, através de instruções sistemáticas”. Ahlgren (1992 apud QUADROS, 1997, p. 98) diz que “[...] entretanto, para as pessoas surdas não existe associação entre sons e sinais gráficos, a língua escrita é percebida visualmente”. Sendo assim, os sinais gráficos da língua portuguesa são símbolos abstratos para quem nunca ouviu os sons e entonações que elas representam.

Mediante a escrita das línguas de Sinais – ELiS, o sujeito Surdo pode se expressar na modalidade escrita em sua própria língua, utilizando assim, a estrutura de sua língua sendo de modalidade visual e não a de uma da língua oral. A partir do momento que o sujeito surdo ou ouvinte domina sua primeira língua (L1), será mais fácil o processo de aprendizado de uma segunda língua (L2). Há hipótese de que o aprendiz constrói a gramática de sua L2 a partir da gramática de sua L1, por isso propriedades que são semelhantes nas duas línguas deveriam ser trabalhadas desde os estágios iniciais em sua interlíngua, aponta Chan-Vianna (2006). Devido ao aprendizado da escrita de sua L1, tem-se uma facilidade em aprender outra escrita como L2, uma vez que o aprendiz já conhece o objetivo da escrita dentro da sociedade. Partindo destas afirmações, defende-se a ELiS, pois a escrita das línguas de sinais proporciona ao sujeito Surdo a possibilidade de utilizar em sua escrita sinais, gráficos que representam sua língua e não apenas símbolos aos quais não consegue atribuir valor.

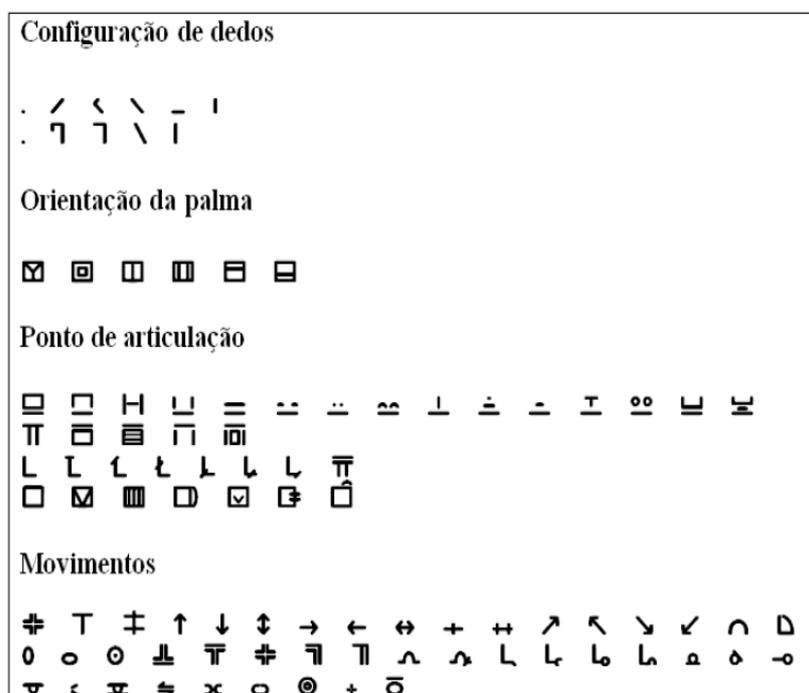
A estrutura da ELiS é de base alfabética e linear, organizada a partir dos parâmetros dos sinais propostos por Stokoe (1965). Quando falamos que a ELiS tem uma estrutura de base alfabética significa dizer que, os símbolos gráficos representam visemas das línguas de sinais. Dizer que é linear deve-se ao fato de os visogramas serem escritos, sequencialmente, um após o outro.

Cada grupo é composto por vários visemas, as representações gráficas destes são chamados de visogramas, e seu conjunto de visograma. Os termos

mencionados correspondem respectivamente ao conceito de fonemas, letras e alfabeto nas línguas orais. Stokoe (1965) cunhou o termo quirema (chereme), que é conhecido pelos pesquisadores de LS, mas causa polêmica por dois motivos: a raiz da palavra diz respeito apenas à “mão”, mas várias outras partes do corpo são envolvidas nas línguas de sinais: o conceito de quirema é equivalente ao de fonema e por isso não precisaria existir. Por conseguinte, mudou-se a raiz de quir- para vis-, pois todo o resultado da realização é visual. O fato de um representar unidades sonoras e outro representar unidades visuais da outra dimensão e precisão, podendo assim ser capaz de captar melhor a diferença semiótica de uma modalidade e outra.

Como qualquer outra língua, para se escrever em ELiS, é necessário conhecer a estrutura, as regras e os visogramas que compõem este sistema de escrita. A Elis é composta por 95 visogramas que representam graficamente os visemas gramaticais das LS, como podem ser vistos a seguir.

Figura 1: Alfabeto da Elis



Fonte: Visograma ELiS, (Fernandes, p. 54, 2013)

Diante do exposto, cada visogramas representa um visema das línguas de sinais, como pode ser visualizado a seguir:

Ex. 1, Sábado:

eozaÜm

CD OP PA M



Fonte: Barros, 2013.

Ex: 2, Bonito:

tgçQÄ

CD OP PA M



Fonte: Barros, 2013.

A utilização da ELiS, no processo de ensino e aprendizado do sujeito surdo, mostra-se de suma importância, pois ele tem a possibilidade de reconhecer elementos fonéticos de sua língua. Por causa do uso da ELiS, o surdo deixa de tentar atribuir sons a sinais gráficos e passa a atribuir elementos visuais a símbolos gráficos de sua própria língua. Questões como esta são problemáticas que necessitam de pesquisas para melhor entender o processo

de ensino e aprendizado utilizando o sistema ELiS, sendo este um trabalho que possa inspirar pesquisas voltadas para esta questão.

Contudo, vale ressaltar, conforme Estelita

Todo alfabeto, seja de língua oral, como o alfabeto latino, ou de língua de sinais, como a ELiS, representa apenas imperfeitamente uma língua e é nesta imperfeição que reside sua força. Se os alfabetos representassem exatamente a realização de uma língua seriam inviáveis para uma escrita cotidiana pelo grande número de letras que teriam, pela falta de padronização das inúmeras possibilidades de pronúncia e pelo grau muito profundo de análise lingüística que uma pessoa qualquer teria que realizar ao escrever.(BARROS,2010)

Isso implica que a língua é viva, dinâmica e neste sentido, transforma-se pelo uso de seus usuários, portanto a sua representação é apenas o norteador de seu sistema linguístico, uma forma de cristalizar, mesmo que temporariamente a língua para que haja para que haja um código comum aos seus falantes.

Considerações finais

Aprender e ensinar a Língua, seja ela oral-auditiva ou visuoespacial, é potencialmente, desenvolver um trabalho de “linguagens” que leve o aluno a observar, perceber, inferir, descobrir, refletir sobre o mundo, interagir com seu semelhante, por meio do uso funcional da linguagem, e que esta reflita a posição histórico e cultural do aprendente, levando-o a perceber, consciente e inconscientemente, as marcas de sua ideologia, que estão subjacentes ao seu discurso, seja ele oral ou escrito.

Portanto, para os surdos escrever o Português significa apenas a representação gráfica de uma língua e a sua decodificação a identificação dessa representação de forma memorizada. Por isso, a relevância da Elis para os alunos surdos, porque permitirá que eles façam o estudo comparativo entre as regras da Escrita de Língua de Sinais e do Português de forma progressiva, resultando em um processo de letramento, de forma ampla, sistematizada e significativa tanto na sua L1 a Libras como na L2, ou seja, na Língua portuguesa escrita.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria M. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. São Paulo. Editora Atlas, 1997.

BARROS, M. E. **ELiS – escrita das línguas de sinais: proposta teórica e verificação prática**. 2008. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

_____. **A iconicidade dos visografemas** (manuscrito); Goiânia, 2013.

_____. **A estrutura**. <https://cinararklibras.webnode.com.br/news/a-estrutura/>.

Acesso em: 15 jun. 2020.

CAMARA Jr., J. M. **Dicionário de linguística e gramática**. Petrópoles, Vozes, 1977.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo, Ática, 1997.

CHAN-VIANNA, A. C. **Português (L2) e Libras (L1): desenvolvimento de estruturas de posse na interlíngua**. In: THEORETICAL ISSUES IN SIGN LANGUAGE.

CHOMSKY, Noam. **Linguística Cartesiana**. Petrópoles, Vozes, 1972.

_____. 1977. **Linguagem e Pensamento**.. Trad. Francisco M. Guimarães. Petrópolis, Vozes.

CUNHA, Celso. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

DELEUZE, G. & PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo, Escuta, 1998.

DETIENNE, M. **A invenção da mitologia**. Trad. André Telles & Gilza Martins Saldanha da Gama. Brasília. Editora UNB & José Olimpo Editora, 1992.

ESTELITA, M. **ELIS – ESCRITA DAS LÍNGUAS DE SINAIS: SUA APRENDIZAGEM**. Anais do IX Encontro do CELSUL Palhoça, SC, out. 2010 Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: http://www.celsul.org.br/Encontros/09_index.htm. Acesso em: 20 maio 2015.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Trad. RUY Jungmann. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1994.

FERNANDES, L.A. **A viabilidade da ELiS em vinte línguas de sinais**. 2013. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Trad. Salma TannusMuchail. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

GERALDI, João W.(org.) **O texto na sala de aula**. São Paulo, Ática, 2001.

_____.1991. **Portos de passagens**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

GOURHAN-Leroi. **Le geste et la parole**. Paris, Albin Michel, 1964.

LYONS, John. **Linguagem e linguística**. Rio de Janeiro, LTC, 1981.– 2002

LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

LUFT, Celso. **Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino**. 12^a. Porto Alegre, L&PM, 1985.

PCNs. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Brasília: Ministério da Educação e Desporto (MEC), 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

STOKOE, W. **Sign and Culture: A Reader for Students of American Sign Language**. Listok Press, Silver Spring, MD.1965.